



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000345175

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 2343096-21.2024.8.26.0000/50000, da Comarca de São Paulo, em que é embargante AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S/A, são embargados LEE WEN HSIEN (REPRESENTANDO MENOR(ES)) e MATHEUS OZAKI LEE (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores RAMON MATEO JÚNIOR (Presidente sem voto), MARIA DO CARMO HONÓRIO E VITO GUGLIELMI.

São Paulo, 8 de abril de 2025.

DÉBORA BRANDÃO

Relatora

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO Nº004369

Embargos de Declaração Cível 2343096-21.2024.8.26.0000/50000

COMARCA: São Paulo

Embargante: Amil Assistência Médica Internacional S/A

Embargdos: Lee Wen Hsien e Matheus Ozaki Lee

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Oposição pela operadora do plano de saúde sob o fundamento de que há omissão e contradição no julgado por não ter sido analisado que a multa é desproporcional ao objeto da demanda. Inexistência de qualquer vício. Provimento colegiado claro, completo e exauriente, devidamente fundamentado. *Astreintes* majoradas porque houve descumprimento da tutela de urgência por parte da ré. Prequestionamento anotado. Embargos rejeitados.

Trata-se de embargos de declaração opostos pela operadora do plano de saúde, alegando vício no v. acórdão (fls.59/62) que negou provimento ao recurso de agravo de instrumento por ela interposto e manteve a decisão proferida na origem que em cumprimento provisório de sentença, deferiu a majoração da multa cominatória para o montante de R\$ 30.000,00.

Alega a embargante que houve omissão e contradição no julgado. Argumenta que a multa ao patamar de R\$ 30.000,00 ainda representa quantia exorbitante em razão do objeto da demanda. Acrescenta que o v. acórdão é omissis porque não analisou que as *astreintes* são desproporcionais em razão das particularidades do caso e que deve ser evitado o enriquecimento ilícito da parte adversa. Pontua que a multa pode ser excluída ou revista a qualquer momento, nos termos do art. 537, §1º, do CPC. Pleiteia o recebimento dos embargos de declaração

Embargos de Declaração Cível nº 2343096-21.2024.8.26.0000/50000	Voto nº	004369	2
--	---------	--------	---

para fins de prequestionamento, caso os vícios apontados não sejam sanados.

É o relatório.

Desnecessária a intimação da parte embargada, dada a possibilidade de imediato julgamento do recurso.

Os embargos de declaração têm por finalidade completar a decisão omissa ou aclará-la, dissipando obscuridade, contradição ou mesmo erro material. Não é recurso substitutivo, mas sim, integrativo ou aclaratório.

No caso vertente a tutela de urgência que consistia em afastar o cumprimento de carências para a cobertura integral do plano de saúde contratado. A multa inicialmente fixada em R\$20.000,00 foi majorada para R\$30.000,00 em razão do descumprimento da ré, ora embargante.

Conforme pontuado no acórdão, a tutela já havia sido confirmada por esta C. Câmara quando do julgamento do agravo de instrumento nº 2254783-84.2024.8.26.0000.

Nesse cenário, a leitura do acórdão embargado deixa claro que a matéria aduzida no recurso foi integralmente apreciada pelo Colegiado, expondo de maneira objetiva as razões pelas quais o provimento ao recurso foi negado, com suficiente fundamentação.

Consta do acórdão, expressamente que *“O objetivo das astreintes é o seu caráter coercitivo, com intuito de compelir a parte a cumprir a determinação judicial. O risco da demora apenas nascerá do comportamento da própria agravante, acaso reiteradamente desrespeite a decisão judicial. Por fim, cumpre destacar que a definição da multa e de seus limites, não impede eventual reanálise de sua necessidade ou adequação, seja para exoneração, minoração ou mesmo majoração, como prevê o §1º do art. 537 do CPC.”*

A recalcitrância reiterada da embargante em cumprir a ordem judicial é o motivador da majoração do valor das *astreintes*. Não tendo ocorrido o cumprimento da obrigação, não há que se cogitar em redução da penalidade.

Ao contrário do que sustenta a parte embargante, não houve

Embargos de Declaração Cível nº 2343096-21.2024.8.26.0000/50000	Voto nº	004369	3
--	---------	--------	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

vício, mas a simples adoção de entendimento diverso do pretendido pelo embargante, que pretende a reanálise dos elementos de convicção, pretensão à qual não se prestam os embargos declaratórios.

Observa-se, dessa forma, que não foi demonstrado nenhum vício na decisão embargada a ensejar a integração do julgado, porquanto a fundamentação adotada na decisão é clara e suficiente para respaldar a conclusão alcançada.

Nos termos do art. 1.025, “caput”, do Código de Processo Civil, o prequestionamento já está feito, pela simples suscitação nos embargos de declaração.

Ante o exposto, **rejeitam-se** os embargos de declaração, nos termos da fundamentação acima.

DÉBORA BRANDÃO
Relatora
Assinatura Eletrônica

Embargos de Declaração Cível nº 2343096-21.2024.8.26.0000/50000	Voto nº	004369	4
--	---------	--------	---